

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: SURGIMENTO E TENDÊNCIAS ATUAIS DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

*Everton de Brito Oliveira Costa*¹

*Pedro Rauber*²

Resumo: O processo histórico de educação do homem foi de fundamental importância para a sua evolução, e vice-versa, podendo até mesmo se sugerir um mecanismo de “simbiose” entre ambos os aspectos. No Brasil, os primeiros ensaios de educação formal iniciaram-se com a chegada dos jesuítas em 1549 ao território nacional. A educação superior, por sua vez, veio contribuir para um nível de formação adicional, baseado principalmente no conhecimento específico sobre determinado tema/área. Entretanto, começou a ser praticada no Brasil somente a partir do ano de 1808, em decorrência à vinda da Família Real para a Colônia, com a criação de institutos de ensino superior, por D. João VI. Todavia, de institutos isolados, nos quais se transmitiam o conhecimento específico necessário à formação superior, esse nível de ensino passou a ser transmitido em unidades que integravam uma gama de áreas do conhecimento, as universidades. A história da criação da universidade e da prática do ensino superior muito fortemente sofreu influência do contexto histórico no qual esteve inserido desde os seus primórdios. Salvo que muitas das características observadas ainda no início da instalação e funcionamento das universidades e do ensino superior no Brasil perduram e podem ser vistas até os dias atuais. Muito se discute ainda sobre a origem da universidade no Brasil, neste sentido, este trabalho objetiva contextualizar os processos políticos, sócio-culturais e filosóficos do seu surgimento e institucionalização no território nacional, bem como as tendências que ela e o ensino superior vêm assumindo na atualidade.

Palavras-chave: educação; universidade no Brasil; ensino superior.

Abstract: *The historical process of human education was crucial to your development, and vice versa, even if it may to suggest a mechanism of “symbiosis” between both aspects. In Brazil, the first tests of formal education began with the arrival of the Jesuits in 1549 to the national territory. Higher education further has come to contribute to a level of additional formation, based primarily on specific knowledge about a particular topic/area. However, it began to be practiced only in Brazil from the year 1808, due to the arrival of the Royal Family to the Colony, with the creation of higher education institutes, by D. João VI. However, from the individual foundations which transmitted the specific knowledge, this level of instruction began to be transmitted in units that integrate a range of areas of knowledge, the universities. The story of the university creation and the practice of higher education were strongly affected for the historical context in which they were inserted at the beginning. Seeing that many of the features observed at the beginning of the installation and operation of universities and higher education in Brazil can be seen until the present day. Many things has been discussed yet about the origin of the university in Brazil, in this sense, this study aims to contextualize the political, sociocultural and philosophical processes in its emergence and institutionalization in this country, as well as the trends that it and the higher education has become nowadays.*

Key words: *education; university in Brazil; higher education.*

¹ Graduado em Biomedicina e Especialista em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN).

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), professor titular da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e professor do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN).

1. Introdução

Apesar de já existirem muitos estudos publicados sobre o surgimento da universidade no Brasil, muitas interpretações têm sido encontradas sobre esse assunto, o que instiga a abordagem desse tema. Por isso, torna-se de fundamental importância traçar um panorama do processo político-histórico-cultural que levou à instalação das instituições universitárias no país, por meio dos dados obtidos através da literatura. Não obstante, este trabalho inicia retratando aspectos relevantes da história da educação, uma vez que é essencial compreender e contextualizar o processo histórico-filosófico-cultural da educação para então fazer uma abordagem do ensino superior e a instalação das universidades no Brasil, bem como as características que esses vêm assumindo nos dias atuais.

2. História da Educação

O processo educativo ainda nas sociedades primitivas constituía-se basicamente por métodos informais, por um mecanismo denominado endoculturação, no qual os valores, princípios e costumes eram transmitidos às gerações futuras por meio da convivência em sociedade. Desse modo, os novos indivíduos eram integrados à ordem social. Todavia, a transmissão desses valores, limitava-se somente à memória, ou seja, não havia nenhum outro mecanismo além da convivência que registrasse esses valores culturais nas sociedades antigas.

A partir de 13.000 anos a.C., registram-se os primeiros ensaios da escrita, através de gravuras em pedras e cavernas, sendo a Mesopotâmia, considerada a primeira civilização a produzir a escrita propriamente dita, o que tornou o processo educativo mais formal (GILES, p. 6, 1987). No entanto, por ser considerada uma capacidade divina, o poder da escrita e a sua transmissão estava sob a responsabilidade dos sacerdotes, os quais passaram a se envolver diretamente com as atividades econômicas da sociedade.

É quase impossível exagerar a importância utilitária da invenção da escrita, pois esta, através de símbolos, permite aumentar extraordinariamente a carga de informações disponíveis ao indivíduo e à sociedade. Porém, mais importante ainda, permite à sociedade conservar o passado coletivo de forma estável. Até esse momento, transmitiam-se as tradições e os costumes da sociedade oralmente. A preservação de todo o patrimônio cultural dependia tão-somente da memória. A palavra escrita veio fixar o acontecimento, tornando-o menos vulnerável à perda acidental, aumentando as possibilidades de ser transmitido às gerações futuras, minimizando também a possibilidade de deturpações.³

Desse modo, a escrita surge como uma ferramenta capaz de demarcar os eventos ocorridos ao longo do tempo, tornando os fatos menos susceptíveis ao esquecimento e/ou a deturpações dos mesmos, devido ao fato de não estarem registrados, e também como uma forma mais eficaz de transmissão de conhecimento aos descendentes. Durante os primeiros tempos, a transmissão da escrita (e também da leitura) se dava através

³ GILES, T.R. *História da Educação*. São Paulo: EPU, 1987.

de escolas, entretanto, nem todos tinham acesso, somente membros do clero e pessoas da nobreza, ou ligadas a ela.

Com a crescente escrituração e estratificação da sociedade, à casta sacerdotal, devem-se o primeiro sistema de ensino formal, motivado pela necessidade da formação do sacerdote escriba – guardião da ordem religiosa – o qual passa a ser o encarregado da administração da sociedade. [...] O novo sistema escolar será reservado aos filhos das classes que detêm o poder, portanto, não sendo nem universal nem tampouco compulsório. O processo educativo dedica-se à conservação e continuidade do sistema sócio-político e dos valores vigentes nas classes que detêm o poder. O conteúdo do ensino será diretamente vocacional, moral e didático. A capacidade de ler e escrever confere àquele que a possui certo ar de mistério, pois, apoiadas em sansões religiosas, a autoridade da palavra escrita a torna invulnerável.⁴

No Brasil, no contexto econômico-cultural durante o período colonial, observa-se uma economia baseada principalmente no sistema agroexportador, sendo o escravo a principal peça para a atividade econômica da época, a produção do açúcar. Inicialmente, o que havia nesse período era uma mistura de raças, costumes e valores, pela miscigenação de índios, negros e o homem branco, o qual era figura “superior” aos outros.

Os escravos participavam não somente das atividades econômicas, mas também da vida particular do senhor de engenho, servindo-lhe de servo e satisfazendo os seus desejos sexuais. E, segundo Veiga (2008), constata-se através dos dados historiográficos dos períodos monárquico e republicano, que muito poucas eram as crianças negras que tinham acesso a algum nível de instrução escolar, além desse evento não ser bem visto pela sociedade. Os negros traziam consigo o fardo histórico da escravidão e a submissão aos padrões culturais da sociedade vigente.

Tanto a Igreja quanto o senhor de engenho fracassavam nos esforços de enquadrar o índio no sistema de colonização que iria criar a economia brasileira. Fora de seu hábitat natural, o índio não se adapta como escravo: morria de infecções, fome e tristeza. Para suprir a deficiência da mão-de-obra escrava, os senhores de engenho de Pernambuco e do Recôncavo baiano começavam a importar negros caçados na África. Agora, as escravas negras substituíam as cunhas tanto na cozinha como na cama do senhor. Na agricultura, a presença do negro elevava a produção de açúcar e o preço do produto no mercado internacional. O Brasil, esquecido por quase duzentos anos, despertava finalmente o interesse do Reino de Portugal.⁵

A “importação” de negros africanos se deu em consequência às dificuldades na exploração dos indígenas. Estes adoeciam ou morriam muito facilmente. O processo de “educação” e evangelização dos índios pelos jesuítas mostrava-se muito difícil, pois eles aprendiam e desaprendiam os ensinamentos com muita facilidade. De certa forma,

⁴ RAUBER, P. *Por que a História da Educação em um curso de pós-graduação?*. In: *Metodologia do Ensino Superior*. Dourados: Unigran, 2008e, p. 17-28.

⁵ RAUBER, P. *A educação jesuítica e as reformas pomalianas*. In: *Metodologia do Ensino Superior*. Dourados: Unigran, 2008a, p. 29-50.

complicando o desenvolver da colonização e a exploração das novas terras e da mão-de-obra dos nativos.

No decorrer de todo o período de colonização, principalmente após a vinda da família Real para o Brasil, o que se pode observar é uma grande preocupação em se desenvolver um modelo de ensino superior no Brasil, caracterizado pelo favorecimento a uma pequena parcela da população, atendendo apenas a elite (“os filhos da aristocracia”) e visando basicamente à formação do “Doutor”, como era chamado quem se formava em Direito ou Medicina. Isso muito nos lembra a sociedade moderna, onde ainda se pode observar resquícios do clientelismo e do favorecimento de uma pequena porção da população com relação ao direito de acesso à educação superior bem como fora praticado outrora.

Salvo que nas sociedades modernas, a função de educar os indivíduos e formar cidadãos passa a ser prioridade das escolas, as quais se encarregam da transmissão do conhecimento, e, nesse contexto passa a ser considerada mais uma mercadoria do que um direito de todos, concentrando-se muitas vezes nas mãos das classes dominantes e servindo como meio de exploração e dominação ao invés de promover a equidade social.

3. A Origem da Universidade no Brasil

A Europa mostra-se como o berço do surgimento das primeiras universidades, inicialmente em países como Itália, França e Inglaterra no início do século XII, e disseminando-se posteriormente por todo o território europeu, e marcadamente a partir dos séculos XIX e XX, por todos os continentes, passando as universidades a integrarem o elemento central da prática do ensino superior. (MENDONÇA, 2000)

Os primeiros ensaios da educação no Brasil se iniciaram com a vinda dos jesuítas às terras brasileiras, em 1549, onde tentaram instituir um processo de “civilização” dos nativos, pois buscavam integrá-los ao padrão de educação europeu (JUNIOR e BITTAR, 1999). No entanto, apesar desse interesse em “civilizar” os nativos que aqui se encontravam as prioridades da metrópole lusitana sempre foram fiscalizar e defender a colônia, arrancando dela todas as riquezas possíveis. E, desse modo, se não fosse por interesse das ordens religiosas em “educar” os aborígenes que aqui se encontravam, nada em matéria de ensino teria sido realizada no Brasil Colônia.

Não podemos deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação [...]. Quando os jesuítas chegaram por aqui eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade européia; trouxeram também o método pedagógico.⁶

Não obstante, durante todo o Período Colonial, o Brasil dispôs de pessoas

⁶ RAUBER, P. (2008a). *op. cit.* p.52-53.

educadas como doutores de várias formações (bacharéis, físicos e sacerdotes). Contudo a diplomação só era conseguida nas universidades europeias, especialmente, em Coimbra. E, somente altos funcionários da Igreja ou da Coroa, ou filhos de burocratas, de grandes latifundiários ou de comerciantes estudavam nas escolas do Velho Mundo (SOUZA, p. 10, 1991; OLIVEN, 2005).

Entretanto, pode-se observar um marcante atraso nos sistemas de ensino implantados e uma defasagem nas produções intelectuais herdado pelo Brasil Colônia a partir da Metrópole, cujo processo de ensino superior era praticamente todo voltado para a área literária, mesmo apesar da produção de importantes obras literárias e da descoberta de grandes poetas. Assim, o que se verifica é uma deficiência intelectual de Portugal nas demais áreas das ciências, como a astronomia, a botânica, a zoologia, a geologia, diferentemente de outros países da Europa, que já se destacavam nessas áreas científicas, a exemplo de países como França, Alemanha e Inglaterra, como observado por Vergara (2004). Desse modo, os primeiros ensaios do ensino superior no Brasil constituir-se-iam sobre os moldes de Portugal, e passaria a herdar a mesma deficiência e atraso da Metrópole.

No período do Brasil Colônia houve várias tentativas de instituir uma universidade no território nacional, no entanto, todas fracassaram. Nos conventos jesuítas, franciscanos e carmelitas, os padres e seminaristas tinham acesso ao conhecimento de nível superior nas áreas de Filosofia, Teologia, Gramáticas Grega, Latina e Portuguesa, entretanto, ninguém externo aos conventos tinha acesso a esse nível de conhecimento. (OLIVEN, 2005; FÁVERO, 2006)

A história da criação de universidade no Brasil revela, inicialmente, considerável resistência, seja de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, seja da parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores.⁷

A implantação do ensino superior no Brasil iniciou-se apenas em 1808, com a chegada da Família Real, expulsos de Portugal pela invasão francesa, e cujo rei D. João VI, criou institutos de ensino superior a exemplo dos de Medicina, Engenharia e Economia. Desse modo, esse nível de instrução nasce no Brasil como um modelo de instituto isolado e de natureza profissionalizante, destinado essencialmente a atender os filhos da aristocracia, que não podiam ir estudar no Velho Mundo devido ao bloqueio pela esquadra napoleônica. (SOUZA, p. 11, 1991)

Merece ênfase a observação que todos os esforços realizados em prol da criação de universidades no período colonial e monárquico, sofreram uma interferência negativa por parte de Portugal, demonstrando uma política de controle por parte da metrópole, destruindo qualquer perspectiva que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da colônia.

⁷ MOACYR, P. (1937) apud FÁVERO, M.L.A. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. *Educar*, Curitiba, n.28, p. 17-36, Maio/Jun. 2006.

Por muitos anos, a teoria da universidade brasileira foi, basicamente, a pombaliana – uma universidade técnica, prática, formando profissionais competentes para administração do Estado. Na prática, o que prevaleceu foi a formação de elites. [...] Os primeiros cursos superiores criados foram os de Medicina, Direito e Engenharia. As primeiras iniciativas nesse sentido começaram a acontecer a partir da transmigração da Família Real portuguesa, em 1808, os cursos funcionavam em instituições isoladas mantidas pelo Estado, destinadas a formarem profissionais para atender às necessidades do próprio Estado e da sociedade.⁸

De acordo com Giles (p. 287, 1987) a introdução de algumas modificações no processo educativo deve-se principalmente ao regente D. João VI. Segundo Luckesi et al. (p. 34, 1991) com a vinda de D. João VI para a colônia e a instalação do ensino superior nascem as aulas régias, os cursos e as Academias em resposta às necessidades militares da colônia e em consequência da instalação da Corte no Rio de Janeiro. Desse modo, pode-se observar que as instituições criadas por D. João VI que exerciam a prática do ensino superior, estavam diretamente relacionadas e essencialmente preocupadas com a defesa militar da colônia, como observado por Mendonça (2000).

Datam dos anos de 1808 a criação da Academia de Marinha e de 1810, a criação da Academia Real Militar, no Rio de Janeiro, voltadas para a formação de oficiais e engenheiros civis e militares; de 1827, a criação dos primeiros cursos jurídicos em Olinda (transferido depois para Recife) e em São Paulo, com posterior expansão pelo território nacional. (PELETTI e PELETTI, p. 153, 1990; SOUZA, p. 13, 1991)

Essas instituições e cursos criados por D. João VI, seriam os responsáveis pelo surgimento de escolas e faculdades profissionalizantes que iriam constituir o conjunto de instituições de ensino superior até o período da República, a partir de sucessivos processos de reorganização, fragmentação e aglutinação dos mesmos.

Cabe ressaltar que todas as tentativas de implantação de entidades universitárias durante o período de 1843 a 1920 fracassaram, e somente nesse último ano é que se consolidou a criação de uma universidade, a Universidade do Rio de Janeiro, que se converteria, posteriormente, em Universidade do Brasil, e depois, em Universidade Federal do Rio de Janeiro. De acordo com Mendonça (2000), somente em 1920 surgiria Universidade do Rio de Janeiro, formada pela união dos cursos superiores existentes na Escola Politécnica, na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito. É a primeira instituição universitária criada legalmente pelo governo federal. (FÁVERO, 2006). “É nas décadas de 20 e 30 que a questão universitária adquire intensidade no Brasil.” (RAUBER, p. 60, 2008c)

Todavia, o período que se estende de 1920 e 1968 compreende os anos mais críticos para a história da universidade no território nacional, período ao longo do qual houve a efetiva implantação das instituições no Brasil e durante o qual assumiram a configuração que permanece até os dias atuais. (MENDONÇA, 2000)

Em 1924, criou-se a Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Associação

⁸ RAUBER, P. *A universidade no Brasil: origem e trajetória*. In: *Metodologia do Ensino Superior*. Dourados: Unigran, 2008c, p. 51-74.

Brasileira de Ciências (ABC), que tinha por objetivo conscientizar educadores, público e autoridades quanto aos problemas inerentes à educação nesse período, tentando buscar soluções mais adequadas e discutindo questões como concepções de universidade, funções das instituições universitárias e autonomia e modelo de universidade ideal. (FÁVERO, 2006)

A partir de 1930 inicia-se o esforço de arrumação e transformação do ensino superior no Brasil. O ajuntamento de três ou mais faculdades podia legalmente chamar-se universidade. É nesses termos que se fundam as Universidades de Minas Gerais – reorganizada em 1933 – e a Universidade de São Paulo, que em 1934, já expressa uma preocupação de superar o simples agrupamento de faculdades.⁹

Com a crescente e acentuada centralização política nos mais diferentes setores da sociedade, constata-se no ano de 1930 a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública, durante o período do Governo Provisório, tendo Francisco Campos como seu primeiro titular. Entre os anos de 1931 e 1932, o então ministro da Educação, Francisco Campos, decreta uma série de reformas na educação brasileira, criando o Conselho Nacional de Educação, regulamentando e organizando o ensino superior e o 2º grau, e, particularmente, decretando o modo de organização da Universidade do Rio de Janeiro. Essas reformas promovidas por Campos se consolidaram com a criação do Estatuto das Universidades, cujo artigo 1º dizia:

O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios de conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer enfim, para a educação do indivíduo e da coletividade, para harmonia de objetivos entre professores e estudantes e para o aproveitamento de todas as atividades universitárias, a grandeza da Nação e o aperfeiçoamento da humanidade.¹⁰

Em 1932, lança-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional (SANFELICE, 2007), levantando questões como ensino gratuito a todos, igualdade de acesso ao ensino, independente do sexo, e buscando elaborar um planejamento do processo educativo para todo o país.

Segundo Cunha (p. 123, 1989), os responsáveis pela criação do manifesto defendiam a expansão do ensino como fator essencial à democracia, à igualdade social e ao desenvolvimento econômico. De acordo com Aranha (p. 245, 1989), o Manifesto dos Pioneiros da Educação considerava e incumbia o dever da educação obrigatória e gratuita ao Estado, sendo que essa ação deveria ser de forma tão ampla que abrangesse o país inteiro. Cunha (p. 124, 1989) ainda afirma que talvez esse manifesto tenha sido fundamental no início da Campanha de Defesa da Escola Pública, que foi um movimento de grande mobilização apoiado pelo jornal O Estado de São Paulo. “Esse manifesto é muito importante na história da pedagogia brasileira porque representa a tomada de consciên-

⁹ LUCKESI, C. et al. *Fazer universidade: uma proposta metodológica*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

¹⁰ GILES, T.R. *op. cit.* P. 292.

cia da defasagem entre a educação e as exigências de desenvolvimento.” (ARANHA, p. 246, 1989)

Todavia, a primeira instituição fundada e regida de acordo com as novas regras do Estado foi a Universidade de São Paulo (EVANGELISTA, 2001). Fundada em 1934, a USP promoveu uma inovação na concepção estrutural e funcional das faculdades preexistentes e passou a ser um divisor de águas (PELETTI e PELETTI, p. 180, 1990). Contudo, a criação da USP deu-se do mesmo modo das demais universidades existentes no país, ou seja, a partir da incorporação de um conjunto de escolas profissionalizantes pré-existent. (MENDONÇA, 2000; EVANGELISTA, 2001)

Em 1935, cria-se a Universidade do Distrito Federal (UDF) a partir da integração de das Escolas de Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e o Instituto de Artes. A UDF trazia consigo a proposta de desenvolvimento integrado de pesquisa, ensino e extensão, de acordo com as novas diretrizes propostas pelas novas leis vigentes. A UDF era até então a mais inovadora e desafiadora universidade criada, pois estava pautada sobre princípios norteadores que se mostravam como modelos para o funcionamento de uma universidade ideal. Não obstante, a criação da UDF perduraria até o ano de 1939 quando foi institucionalizada a Universidade do Brasil (UB), mantida e dirigida pela União, e criada através da incorporação dos cursos da UDF, o que culminou na sua desativação e conseqüente extinção. (FÁVERO, 2006)

Entre os anos 40 e 70 pôde se verificar a criação das universidades federais em quase todos os Estados brasileiros, merecendo destaque os Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com mais de uma universidade criada. Esse período marcou a descentralização do ensino superior e a regionalização do mesmo. “O período anterior, de 1946 ao princípio do ano de 1964, talvez tenha sido o mais fértil da história da educação brasileira. Nesse período atuaram educadores que deixaram seus nomes na história da educação por suas realizações.” (RAUBER, p. 65, 2008c)

Durante o período da Era Vargas, mais precisamente, no período pós 1945, o que se observa nos processos de institucionalização universitária e do ensino superior no país, são importantes tentativas de luta pela autonomia universitária, tanto interna como externa, acompanhada pela expansão das universidades pelo território nacional, que multiplicavam-se em uma velocidade extraordinário, seguindo o ritmo do desenvolvimento do país provocado pelo processo de industrialização, preocupado, entretanto, prioritariamente com a formação profissional com ênfase para a pesquisa e a produção de conhecimentos. Nesse período que começam a surgir grandes pesquisadores. (FÁVERO, 2006)

Segundo Mendonça (2000), ao longo dos anos 50 e 60 o Ensino Superior no país passa a sofrer forte e profunda influência política, passando a adotar novas ideologias como base de sustentação dos governos que se sucederam até o ano de 1964. Marcadamente, observam-se novos ensaios de mudanças na estrutura pedagógico-administrativa do ensino superior, e debates promovidos principalmente por movimentos estudantis que lutavam, por entre outras coisas, pela abertura da universidade à população através da extensão e dos serviços comunitários, articulação das universi-

dades com órgãos governamentais principalmente no interior do país, e pela liberdade de expressão.

Contudo, o cenário cultural nas universidades passa a sofrer drásticas mudanças a partir do ano de 1964, por causa do impacto surtido pelo golpe militar (EVANGELISTA, 2001; MENDONÇA, 2000; FÁVERO, 2006), o qual procurava conter a todo custo os debates travados pelos movimentos estudantis dentro e fora das universidades, por meio da repressão e da desarticulação dos movimentos através de intervenções violentas por parte dos militares dentro dos *campi* universitários, tentando silenciar alunos e professores.

Entretanto, os movimentos estudantis mostravam-se fortes e destemidos da repressão militar. De acordo com Sanfelice (2007), no início do ano de 1968 a mobilização estudantil era generalizada, caracterizada por intensos debates dentro e fora das universidades, e exigia do governo a adoção de novas medidas que buscassem sanar os problemas educacionais mais sobressalentes. Manifestações essas que ganharam força e respaldo após a implementação da Reforma Universitária de 1968, que propôs a universidade na sua forma mais ideal de organização do ensino superior, alicerçado no tripé ensino, pesquisa e extensão, e enfatizando a indissolubilidade entre os três pilares.

Não obstante, o movimento de modernização do ensino superior no Brasil havia atingido seu ápice no ano de 1961, com a criação da Universidade de Brasília (UnB), a mais moderna universidade do país. E, partir dos anos 70, por causa das políticas educacionais implantadas no Brasil, o que se verifica é um alastramento do ensino superior pelo país, visto a grande concentração populacional urbana, o avanço do capitalismo e a exigência de melhor qualificação profissional. No entanto, a perda da qualidade do ensino foi notável. A grande busca por cursos superiores permitiu a expansão da iniciativa privada no ensino superior, o que se tornou uma característica marcante do período, como verificado por Souza (p. 19, 1991).

As conseqüências práticas a curto prazo dessa política foram a expansão do sistema de ensino superior, o aumento do peso relativo do ensino privado em relação ao público e a perda progressiva da qualidade média do aprendizado.¹¹

4. Tendências Atuais da Educação Superior

A educação é, com certeza, um dos principais pilares que sustentam uma sociedade democrática. Durante os últimos 200 anos da instalação das primeiras escolas de ensino superior no Brasil, muitas políticas pedagógicas e de inclusão social foram criadas. E, de sua antiga concepção, voltada para a formação religiosa, a educação superior está voltada agora para a formação de profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento.

O processo de globalização colocou o país e a universidade diante de uma encruzilhada. De um lado, o caminho da desregulamentação e da mercantilização do ensino, que retira do Estado o protagonismo na definição das políticas educacionais. De outro, um projeto

¹¹ RAUBER. P. (2008c). *op. Cit.* P. 66.

que percebe a educação superior como um direito público a ser ofertado pelo Estado gratuitamente, com qualidade, com democracia e comprometido com a dignidade do povo brasileiro, com as expressões multiculturais que emergem do interior da sociedade, com a sustentabilidade ambiental e com o desenvolvimento tecnológico de sua estrutura produtiva.¹²

A educação, entretanto, deve ser compreendida como um mecanismo para a diminuição das desigualdades, oferecendo equidade e igualdade social e étnico-cultural perante a sociedade. Na atualidade, mais que uma fonte de conhecimento, as universidades tomaram caráter comercial, vendo-se na necessidade de atender a um mercado capitalista cada vez mais exigente, sendo esse, um dos principais fatores da busca pela formação superior. Talvez o principal objetivo das universidades, que é produzir e transmitir conhecimento para promover o desenvolvimento do “homem” e conseqüentemente da sociedade, esteja ficando em segundo plano, passando o conhecimento a integrar um processo propenso à desregulamentação e mercantilização nesses tempos de globalização.

A sociedade industrial passou a tratar as Universidades como um braço de sustentação da produção econômica. Assim, os novos conhecimentos seriam úteis, se estivessem na perspectiva de aumentar a produção. Da mesma forma, as próprias universidades passaram a ser tratadas como instituições lucrativas, ou seja, com o desenvolvimento industrial, um setor de classe burguesa viu a possibilidade de criar universidades/empresas para produzir conhecimentos para serem comercializados.¹³

Desse modo, como ponderado por Fávero (2006), “pode-se inferir que alguns desses impasses vividos pela universidade no Brasil poderiam estar ligados à própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Basta lembrar que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem a definição clara no sentido de que, por suas próprias funções deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento”.

Assim, com o grande avanço das entidades privadas investindo na educação, principalmente no ensino superior, contribuindo financeiramente para o desenvolvimento de pesquisas, o conhecimento passa a parecer cada vez mais uma mercadoria do que um instrumento de desenvolvimento social, econômico e cultural comum e de direito de todos. Muito dificilmente, o aparente desinteresse dos institutos financiadores represente uma perspectiva comprometida apenas com o desenvolvimento tecnológico e científico da humanidade, não visando a nenhum ganho financeiro, ou qualquer outra lucratividade, principalmente no mundo globalizado, cada vez mais competitivo e mais capitalista. E as universidades, passam a atender cada vez mais às necessidades desse mercado,

¹² RAUBER, P. *Educação Superior: desafios e limites postos pelo processo de internacionalização*. In: *Metodologia do Ensino Superior*. Dourados: Unigran, 2008d, p. 87-101.

¹³ RAUBER, P. *A educação superior no Brasil: tendências atuais*. In: *Metodologia do Ensino Superior*. Dourados: Unigran, 2008b, p. 75-86.

instigadas pela acirrada concorrência com outras instituições e pelo aliciamento de mais e mais pessoas.

5. Considerações finais

O acesso ao ensino superior ainda é uma realidade muito distante de grande parte da população, seja por oportunidade de acesso e/ou por oportunidades socioeconômicas e culturais. Mas em contrapartida, muitas políticas vêm sendo adotadas e implantadas nos últimos anos visando, essencialmente à diminuição dessa característica do sistema educacional superior no Brasil, que por sua vez, é uma expressão marcante herdada ao longo de séculos de história. Assim, a contextualização histórica da universidade brasileira nos mostra que algumas características observadas desde os primórdios de instrumentalização do ensino no território nacional, da criação das universidades e institucionalização do ensino superior, bem como direito de acesso, lutas ideológicas e intervenções político-educacionais, ainda perduram na sociedade moderna até os dias atuais.

A análise dessas características e a intensificação dos debates sobre os desafios e tendências atuais da Universidade brasileira podem constituir-se, sem dúvida, num grande desafio a ser desenvolvido hoje em torno das perspectivas atuais da educação e por consequência da Universidade. Não se pretende aqui dar respostas definitivas. Com esse pequeno texto, procurou-se apenas iniciar um debate sobre as perspectivas atuais da universidade, sem a intenção de, com isso, encerrá-lo. Existem muitos outros desafios, a reflexão crítica não basta, como também não basta a prática sem a reflexão sobre ela.

Este trabalho nos possibilitou identificar e apontar algumas vertentes, dentro de uma visão otimista e crítica - não pessimista e ingênua - para uma análise em profundidade daqueles que se interessam por uma universidade voltada para os seus tempos, como também para o futuro. Neste sentido, a nova concepção de Estado, foi decisiva na forma de organização das Universidades. E se as universidades brasileiras estão vivendo as crises, como reflexos das crises cíclicas da organização da produção econômica do modelo capitalista, cabe alertar para a necessidade cada vez maior da formação superior voltar-se para a perspectiva que, além aumentar a produtividade e a lucratividade na atual sociedade globalizada, visivelmente estimulada pela crescente participação do setor privado no ensino superior, também cabe um alerta para a necessidade de separar as universidades da forma de organização política e econômica do Estado.

Aos interessados, e principais protagonistas do atual cenário sócio-político-cultural que incluem discentes, docentes, universidades, Estado e entidades privadas financiadoras do ensino superior, vale alertar sobre a necessidade de a atual concepção do ensino universitário pautado no tripé ensino, pesquisa e extensão, voltar-se essencialmente, embora não exclusivamente, para o desenvolvimento social a continuar trilhando de mãos dadas com o capitalismo rumo à desregulamentação e mercantilização do ensino superior.

6. Referências

- ARANHA, M.L.A. **História da Educação**. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 1989.
- CUNHA, L.A. **A Universidade Crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- EVANGELISTA, O. Formar o mestre na universidade: a experiência paulista nos anos de 1930. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 27, n. 2, p. 247-259, Jul./Dez. 2001.
- FÁVERO, M.L.A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n.28, p. 17-36, Maio/Jun. 2006.
- GILES, T.R. **História da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.
- JUNIOR, A.F.; BITTAR, M. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, vol. 80, n. 196, p. 472-482, Set./Dez. 1999.
- LUCKESI, C. et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- MENDONÇA, A.W.P.C. A Universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-151, Maio/Ago. 2000.
- OLIVEN, A.C. A marca da origem: comparando colleges norte-americanos e faculdades brasileiras. **Cadernos de Pesquisa**, Rio Grande do Sul, vol. 35, n. 125, p. 111-135, Maio/Ago. 2005.
- PILETTI, N.; PILETTI, C. **História da Educação**. São Paulo: Ática: 1990.
- RAUBER, P. **A educação jesuítica e as reformas pombalianas**. In: Metodologia do Ensino Superior. Dourados: Unigran, 2008a, p. 29-50.
- RAUBER, P. **A educação superior no Brasil: tendências atuais**. In: Metodologia do Ensino Superior. Dourados: Unigran, 2008b, p. 75-86.
- RAUBER, P. **A universidade no Brasil: origem e trajetória**. In: Metodologia do Ensino Superior. Dourados: Unigran, 2008c, p. 51-74.
- RAUBER, P. **Educação Superior: desafios e limites postos pelo processo de internacionalização**. In: Metodologia do Ensino Superior. Dourados: Unigran, 2008d, p. 87-101.

RAUBER, P. **Por que a História da Educação em um curso de pós-graduação?**. In: Metodologia do Ensino Superior. Dourados: Unigran, 2008e, p. 17-28.

SANFELICE, J.L. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 542-557, Maio/Ago. 2007.

VEIGA, C.G. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 39, p. 502-516, Set./Dez. 2008.

VERGARA, M.R. Ciência e modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 1, p. 22-31, Jan./Jun. 2004.